



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLOG – BA AP LOG EX
1º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO**

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2025

Processo Administrativo nº 64450.000823/2026-67

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços comuns de controle de vetores e pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização, descupinização, controle de mosquitos, controle de moscas e limpeza/higienização de reservatórios de água, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e mão de obra qualificada, a serem executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências do 1º Depósito de Suprimento e unidades participantes, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	DESINSETIZAÇÃO - Serviço de controle de insetos rasteiros e voadores, tais como baratas, formigas, aranhas, traças, pulgas, moscas, mosquitos, escorpiões e similares, em áreas internas e externas, incluindo ambientes administrativos, operacionais e sensíveis. A execução deverá ser realizada mediante diagnóstico técnico prévio do nível de infestação, com definição da metodologia mais adequada, podendo envolver métodos físicos, químicos ou combinados, conforme as características do ambiente e as boas práticas do setor. Os produtos utilizados deverão estar devidamente registrados nos órgãos competentes, especialmente na ANVISA, sendo vedada a utilização de substâncias proibidas ou não autorizadas. O serviço deverá contemplar a aplicação nas áreas críticas identificadas, incluindo ralos, caixas de gordura, redes de esgoto, batentes, frestas e demais pontos de abrigo e proliferação, bem como áreas externas, quando necessário. A execução poderá ocorrer de forma programada e sob demanda, devendo incluir monitoramento da eficácia e reaplicação, quando necessário, dentro do período de garantia do serviço. O serviço será considerado satisfatório quando houver controle efetivo da infestação, conforme avaliação da fiscalização.	03417	m²	91.489	2,80	256.169,20

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	DESRATIZAÇÃO - Serviço de controle de roedores, incluindo ratos e camundongos, a ser realizado em áreas internas e externas, mediante diagnóstico técnico prévio do nível de infestação e definição da estratégia de controle mais adequada. A execução deverá contemplar a instalação de dispositivos de controle, tais como porta-isca, armadilhas mecânicas ou outros métodos tecnicamente adequados, posicionados em pontos estratégicos identificados pela contratada, de forma a garantir segurança para pessoas, animais e meio ambiente. Os produtos utilizados deverão ser devidamente registrados nos órgãos competentes, sendo vedada a utilização de substâncias não autorizadas. Deverá ser elaborado e mantido atualizado mapa de iscagem, contendo a localização dos pontos de controle, devendo ser disponibilizado à fiscalização sempre que solicitado. A contratada deverá realizar monitoramento periódico da atividade dos roedores, com inspeção dos pontos de controle, reposição de iscas quando necessário e retirada de resíduos ao final do serviço. A execução poderá ocorrer de forma programada e sob demanda, devendo incluir ações corretivas durante o período de garantia, sempre que identificada atividade de roedores. O serviço será considerado satisfatório quando houver controle efetivo da infestação, conforme avaliação	03417	m²	67.166	3,01	202.169,66
3	DESCUPINIZAÇÃO - Serviço de controle de cupins, incluindo espécies subterrâneas, de madeira seca ou outras que possam causar danos estruturais e prejuízos ao patrimônio, a ser realizado em áreas internas e externas, mediante diagnóstico técnico prévio para identificação do tipo de infestação e definição da metodologia de tratamento mais adequada. A execução poderá envolver métodos químicos, físicos ou combinados, tais como aplicação localizada, barreiras de proteção, injeção em estruturas, uso de iscas ou outras técnicas compatíveis com o tipo de infestação e o material afetado, observadas as boas práticas do setor. Os produtos utilizados deverão estar devidamente registrados nos órgãos competentes, sendo vedada a utilização de substâncias não autorizadas. O serviço deverá contemplar a identificação dos focos, tratamento das áreas afetadas, proteção das estruturas e monitoramento da atividade de cupins, incluindo reaplicações quando necessário durante o período de garantia. A execução poderá ocorrer de forma programada e sob demanda, devendo incluir acompanhamento técnico para verificação da eficácia do tratamento. O serviço será considerado satisfatório quando houver eliminação ou controle efetivo da infestação, conforme avaliação	20680	m²	48.664	8,44	410.724,16
4	CONTROLE DE MOSQUITOS: Serviço de controle de mosquitos em fase adulta e larval, a ser realizado em áreas internas e externas, mediante diagnóstico técnico prévio para identificação de focos de proliferação e definição da metodologia mais adequada. A execução poderá envolver métodos físicos, químicos ou combinados, incluindo aplicação de inseticidas por nebulização ou termonebulização para controle de mosquitos adultos, bem como tratamento de criadouros com produtos larvicidas apropriados, quando necessário. O serviço deverá contemplar a identificação e tratamento de pontos críticos, tais como áreas com acúmulo de água, redes de drenagem, caixas, recipientes e outros locais propícios à proliferação. Os produtos utilizados deverão estar devidamente registrados nos órgãos competentes, sendo vedada a utilização de substâncias não autorizadas. A execução deverá incluir monitoramento da eficácia e ações corretivas durante o período de garantia, quando identificada a presença de mosquitos ou larvas. O serviço será considerado satisfatório quando houver controle efetivo da população de mosquitos, conforme avaliação da fiscalização.	03417	m²	51.162	12,06	617.013,72

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
5	CONTROLE DE MOSCAS: Serviço de controle de moscas e outros insetos alados, especialmente em áreas sensíveis como cozinhas, refeitórios e áreas de manipulação de alimentos (rancho), mediante diagnóstico técnico prévio para identificação dos pontos críticos de infestação. A execução deverá contemplar o fornecimento, instalação e manutenção de armadilhas luminosas com placas adesivas ou outros dispositivos tecnicamente adequados, dimensionados conforme a área e o nível de infestação, posicionados em locais estratégicos definidos pela contratada. As armadilhas deverão permanecer em pleno funcionamento durante toda a vigência contratual, cabendo à contratada a substituição periódica das placas adesivas, manutenção dos equipamentos e reposição quando necessário. Poderão ser adotadas medidas complementares de controle, conforme necessidade técnica, observadas as normas sanitárias aplicáveis a ambientes de manipulação de alimentos. Os equipamentos e métodos utilizados deverão atender às exigências sanitárias vigentes, não podendo representar risco de contaminação dos alimentos ou do ambiente. O serviço deverá incluir monitoramento contínuo da eficácia e ações corretivas durante o período de garantia. O serviço será considerado satisfatório quando houver redução significativa da presença de moscas, conforme avaliação da fiscalização.	03417	m²	37.662	17,50	659.085,00
6	LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA: Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios de água, incluindo caixas d'água e cisternas, mediante procedimentos técnicos adequados, com o objetivo de garantir a qualidade e potabilidade da água destinada ao consumo humano. A execução deverá ser realizada conforme normas sanitárias vigentes, incluindo esvaziamento, limpeza mecânica, remoção de resíduos, desinfecção e enxágue, sem causar danos às estruturas. A contratada deverá emitir relatório técnico contendo as condições dos reservatórios, eventuais não conformidades e recomendações de manutenção. Deverá ser fornecido laudo de potabilidade da água, emitido por laboratório habilitado, contemplando, no mínimo, análise microbiológica, em conformidade com os padrões estabelecidos pelos órgãos de vigilância sanitária. A execução deverá ocorrer com periodicidade semestral, podendo ser realizada sob demanda, conforme necessidade da Administração. O serviço será considerado satisfatório quando houver comprovação da potabilidade da água e adequação sanitária dos reservatórios, conforme avaliação da fiscalização.	13595	m³	959	91,00	87.269,00

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Requisição	Requisição
									Mínima	Máxima
1	Serviço	341 7-Desinsetização / Desratização / Detetização	METRO QUADRADO	Menor Preço	3,0700	1 60307 - 1 .DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ	Rio de Janeiro/RJ	21 327	1.777	21 327
						1 60246 - DEPOSITO CENTRAL DE MUNICAO/RJ	Paracambi/RJ	1 2.000	1.000	12.000
						1 60290 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/RJ	Rio de Janeiro/RJ	20.000	1.666	20.000
						1 60304 - BATALHAO DE MANUTENCAO E SUP. DE ARMAMENTO	Rio de Janeiro/RJ	33.000	2.750	33.000

						1 60238 - BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO	Rio de Janeiro/RJ	162	13,5	162
						1 60329 - BATALHÃO CENTRAL DE MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO	Rio de Janeiro/RJ	5.000	416	5.000

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Requisição Mínima	Requisição Máxima
2	Serviço	341 7- Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	Menor Preço	3,2000	1 60307 - 1 .DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ	Rio de Janeiro/RJ	8.504	708	8.504
						1 60246 - DEPOSITO CENTRAL DE MUNICAO/RJ	Paracambi/RJ	12.000	1.000	12.000
						1 60290 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/RJ	Rio de Janeiro/RJ	8.500	708	8.500
						1 60304 - BATALHÃO DE MANUTENÇÃO E SUP. DE ARMAMENTO	Rio de Janeiro/RJ	33.000	2.750	33.000
						1 60238 - BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO	Rio de Janeiro/RJ	162	13,5	162
						1 60329 - BATALHÃO CENTRAL DE MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO	Rio de Janeiro/RJ	5.000	416	5.000

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Requisição Mínima	Requisição Máxima
3	Serviço	20680- Descupinização	UNIDADE	Menor Preço	8,4400	1 60307 - 1 .DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ	Rio de Janeiro/RJ	7.500	625	7.500
						1 60246 - DEPOSITO CENTRAL DE MUNICAO/RJ	Paracambi/RJ	2	2	2
						1 60290 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/RJ	Rio de Janeiro/RJ	5.000	416	5.000
						1 60304 - BATALHÃO DE MANUTENÇÃO E SUP. DE ARMAMENTO	Rio de Janeiro/RJ	33.000	2.750	33.000
						1 60238 - BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO	Rio de Janeiro/RJ	162	13,5	162
						1 60329 - BATALHÃO CENTRAL DE MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO	Rio de Janeiro/RJ	3.000	250	3.000

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Requisição Mínima	Requisição Máxima
4	Serviço	30288-Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	METRO QUADRADO	Menor Preço	12,0600	1 60307 - 1 .DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ	Rio de Janeiro/RJ	6.000	500	6.000
						1 60246 - DEPOSITO CENTRAL DE MUNICAO/RJ	Paracambi/RJ	2.000	166	2.000
						1 60290 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/RJ	Rio de Janeiro/RJ	6.000	500	6.000
						1 60304 - BATALHÃO DE MANUTENÇÃO E SUP. DE ARMAMENTO	Rio de Janeiro/RJ	33.000	2.750	33.000
						1 60238 - BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO	Rio de Janeiro/RJ	162	13,5	162
						1 60329 - BATALHÃO CENTRAL DE MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO	Rio de Janeiro/RJ	4.000	4.000	4.000

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Requisição Mínima	Requisição Máxima
5	Serviço	30288-Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	METRO QUADRADO	Menor Preço	17,1 600	1 60307 - 1 .DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ	Rio de Janeiro/RJ	1.500	125	1.500
						1 60246 - DEPOSITO CENTRAL DE MUNICAO/RJ	Paracambi/RJ	2.000	166	2.000
						1 60290 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/RJ	Rio de Janeiro/RJ	500	41	500
						1 60304 - BATALHÃO DE MANUTENÇÃO E SUP. DE ARMAMENTO	Rio de Janeiro/RJ	33.000	2.750	33.000
						1 60238 - BASE DE APOIO LOGISTICO DO EXERCITO	Rio de Janeiro/RJ	162	13	162
						1 60329 - BATALHÃO CENTRAL DE MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO	Rio de Janeiro/RJ	500	41	500

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade			Requisição Mínima	Requisição Máxima
6	Serviço	1 3595- Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável	METRO CÚBICO	Menor Preço	0,9000	1 60307 - 1 DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ	Rio de Janeiro/RJ	200	16	200
						1 60246 - DEPOSITO CENTRAL DE MUNICAO/RJ	Paracambi/RJ	24	2	24
						1 60290 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/RJ	Rio de Janeiro/RJ	1 00	8	100
						1 60304 - BATALHÃO DE MANUTENÇÃO E SUP. DE ARMAMENTO	Rio de Janeiro/RJ	400	33	400
						1 60238 – BASE DE APOIO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO	Rio de Janeiro/RJ	135	12	135
						1 60325 - BATALHÃO CENTRAL DE MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO	Rio de Janeiro/RJ	100	9	100

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

3. Os serviços são enquadrados como não contínuos, caracterizando-se como serviços por escopo, com execução sob demanda, não se enquadrando nas hipóteses de serviços contínuos previstas nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de vigência

4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. A descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto, incluindo aspectos de execução, manutenção dos resultados, consumo de insumos e destinação final de materiais utilizados, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

7.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

7.1.1 Requisitos técnicos e operacionais aplicáveis à contratação

7.1.1.1. A empresa especializada somente poderá funcionar após devidamente licenciada junto à autori-

dade sanitária e ambiental competente;;

7.1.1.2. A empresa instalada em município que não possua autoridade sanitária e ambiental competente deverá obter licença junto ao órgão sanitário e ambiental competente em âmbito regional, estadual ou distrital;

7.1.1.3. A prestação dos serviços somente poderá ser realizada por empresa especializada no controle de vetores e pragas urbanas;

7.1.1.4. Somente poderão ser utilizados produtos saneantes desinfetantes devidamente registrados na ANVISA, sejam eles de venda restrita a empresas especializadas ou de venda livre;

7.1.1.5. A empresa especializada deverá possuir responsável técnico devidamente habilitado, com registro no respectivo conselho profissional;

7.1.1.6. A empresa deverá possuir registro junto ao conselho profissional correspondente ao seu responsável técnico;

7.1.1.7. Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo sem o devido registro no Ministério da Saúde/ANVISA;

7.1.1.8. Logística reversa e destinação ambientalmente adequada

7.1.1.9. A contratada deverá recolher as embalagens vazias após a utilização, promovendo seu adequado acondicionamento e retorno ao estabelecimento operacional;

7.1.1.10. O destino final das embalagens será de responsabilidade do fabricante ou importador, conforme legislação aplicável;

7.1.1.11. A contratada deverá devolver as embalagens no prazo máximo de um ano da data de aquisição, aos estabelecimentos comerciais ou postos de recebimento autorizados;

7.1.1.11.1. Na ausência de devolução, a responsabilidade pelo destino final recairá sobre a contratada, que deverá manter os respectivos comprovantes;

7.1.1.11.2. O estabelecimento recebedor deverá fornecer comprovante de recebimento das embalagens;

7.1.1.12. A contratada deverá inutilizar as embalagens antes da devolução;

7.1.1.13. As embalagens laváveis deverão ser submetidas à tríplex lavagem, conforme orientações do fabricante e da legislação vigente;

7.1.1.14. As embalagens não laváveis deverão ter destinação conforme orientação do fabricante e normas aplicáveis;

Comprovação da execução dos serviços

7.1.2 A contratada deverá fornecer comprovante de execução dos serviços contendo, no mínimo, as informações exigidas pela RDC ANVISA nº 52/2009.

Indicação de marcas ou modelos

8. Nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, não será admitida a indicação de marcas, características ou modelos específicos para os produtos e insumos empregados na execução do objeto, devendo estes atender às especificações técnicas, requisitos de desempenho e exigências sanitárias estabelecidas neste Termo de Referência.
9. A eventual indicação de marca como referência de qualidade somente poderá ocorrer de forma excepcional, devidamente justificada nos Estudos Técnicos Preliminares, devendo, nesse caso, ser acompanhada das expressões “ou equivalente”, “ou similar” ou “ou de melhor qualidade”, conforme legislação vigente.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

10. Na execução dos serviços, não será permitida a utilização de produtos que:

- 10.1.1 Não possuam registro ou autorização nos órgãos competentes, especialmente na ANVISA;
- 10.1.2 Estejam em desacordo com a legislação sanitária, ambiental ou normativa aplicável;; e
- 10.1.3 Apresentem risco à saúde humana, aos animais ou ao meio ambiente, em desconformidade com as diretrizes técnicas vigentes.

Da exigência de carta de solidariedade

11. Para a presente contratação, não será exigida carta de solidariedade de fabricante, fornecedor ou distribuidor, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela execução contratual, nos termos deste Termo de Referência.

Subcontratação

12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
14. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, no entanto, é facultada aos interessados, por sua conta e risco;
15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

16. O objeto da contratação não se enquadra na aplicação de margem de preferência, nos termos da legislação vigente.

17. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

18. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 18.1. O início da execução dos serviços ocorrerá em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA;
- 18.2. Será elaborado cronograma de execução dos serviços após reunião inicial com a CONTRATADA, o qual deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas na Tabela de Programação dos Serviços constante deste Termo de Referência;
- 18.3. As datas previstas no cronograma poderão ser alteradas mediante solicitação formal da CONTRATANTE, devidamente justificada, em razão de necessidades operacionais;

18.4. A execução dos serviços ocorrerá preferencialmente às sextas-feiras ou em outro dia previamente definido pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA cumprir integralmente a metragem (quadrada ou cúbica) prevista no cronograma;

18.5. Para os serviços de dedetização, desratização e demais controles de pragas, a CONTRATADA deverá fornecer, após cada aplicação, comprovante de execução contendo, no mínimo, as informações previstas no art. 20 da Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA, incluindo local de aplicação, metodologia empregada, produtos utilizados e responsável técnico;

18.6. Para os serviços de limpeza e higienização de reservatórios de água, deverá ser emitido certificado de execução, com garantia mínima de 06 (seis) meses, acompanhado de relatório técnico das condições dos reservatórios;

18.7. A CONTRATADA deverá emitir laudo técnico para todos os serviços executados, contendo a identificação dos produtos aplicados, procedimentos realizados, recomendações técnicas e assinatura do responsável técnico habilitado;

18.8. No preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos e encargos;

Local e horário da prestação dos serviços

18.9. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

18.9.1 1º Depósito de Suprimento – Rua Doutor Garnier, nº 390, Rocha, Rio de Janeiro/RJ;

18.9.2 Comando da Base de Apoio Logístico – Av. Brasil, nº 25.540, Deodoro, Rio de Janeiro/RJ;

18.9.3 Batalhão Central de Manutenção e Suprimento – Estrada São Pedro de Alcântara, nº 3.506, Rio de Janeiro/RJ;

18.9.4 Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento – Vila Militar, Rio de Janeiro/RJ;

18.9.5 CPOR/RJ – Av. Duque de Caxias, nº 325, Deodoro, Rio de Janeiro/RJ;

18.9.6 Depósito Central de Munição – Estrada RJ-127, km 6, Paracambi/RJ.

18.10. A execução ocorrerá conforme programação definida pela CONTRATANTE, podendo haver alternância entre os locais listados;

18.11. Os serviços deverão ser realizados em horário previamente acordado com a CONTRATANTE, de modo a não interferir nas atividades operacionais das unidades atendidas;

Rotinas a serem cumpridas

18.12. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as metodologias descritas neste Termo de Referência, bem como as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas emitidas pela ANVISA;

18.13. Os serviços de dedetização deverão ser executados mediante utilização de inseticidas devida-

mente registrados nos órgãos competentes, nas formulações líquida, gel, pó seco ou equivalente, adequados ao tipo de praga e ambiente;

18.14. Os serviços de desratização deverão utilizar produtos rodenticidas devidamente registrados, sendo obrigatória a utilização de porta-isca protegidos em áreas com circulação de pessoas;

18.15. É vedada a exposição de produtos ou iscas que ofereçam risco à saúde humana ou animal;

18.16. A higienização de reservatórios deverá incluir escovação interna com materiais adequados e aplicação de produto desinfetante, sem comprometer a integridade da estrutura;

18.17. A CONTRATADA será responsável pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;

Materiais a serem disponibilizados

19. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

19.1.1 Os produtos utilizados deverão possuir registro nos órgãos competentes e atender às normas sanitárias vigentes;

19.1.2 Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para cada tipo de serviço;

19.1.3 Os materiais deverão ser substituídos sempre que apresentarem desgaste, perda de eficiência ou inadequação ao serviço;

19.2. Disposições finais da execução

19.2.1 A execução dos serviços deverá garantir condições adequadas de segurança, higiene e salubridade nos ambientes atendidos;

19.2.2 A CONTRATADA deverá manter responsável técnico habilitado durante toda a execução contratual;

19.2.3 Os serviços deverão ser executados de forma a garantir eficácia no controle de pragas, sem prejuízo à saúde dos usuários e à integridade das instalações;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

20. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

20.1. Os serviços serão executados em múltiplas unidades participantes, distribuídas em diferentes localidades do Estado do Rio de Janeiro, incluindo áreas operacionais, administrativas, depósitos e instalações com circulação contínua de pessoal;

20.2. As áreas a serem atendidas compreendem ambientes internos e externos, incluindo, mas não se limitando a: edificações, áreas de rancho, depósitos de gêneros alimentícios, áreas de armazenamento, caixas de gordura, redes de esgoto, reservatórios de água e áreas perimetrais;

20.3. A execução dos serviços deverá considerar a necessidade de manutenção das condições sanitárias em ambientes com elevada sensibilidade operacional, não sendo admitida interrupção das atividades re-

gulares das unidades atendidas;

20.4. A demanda poderá variar em função de fatores sazonais, condições ambientais e surgimento de focos de infestação, não sendo garantido quantitativo mínimo de execução mensal;

20.5. A CONTRATADA deverá possuir capacidade de mobilização para atendimento simultâneo ou sucessivo em diferentes unidades participantes;

20.6. Deverá ser considerado, na composição da proposta, o deslocamento entre as unidades, incluindo custos logísticos, tempo de execução e disponibilidade de equipe técnica;

20.7. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, sob supervisão de responsável técnico habilitado, observando as normas sanitárias e de segurança aplicáveis;

Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas

Especificação da garantia do serviço

20.8. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

20.9. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser compatíveis com as atividades dos serviços prestados, adequados às condições climáticas da região e às normas de segurança do trabalho, sem qualquer repasse de custos aos empregados:

20.10. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

20.10.1 Ao término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá assegurar a adequada transição dos serviços, de modo a evitar descontinuidade ou prejuízo à execução das atividades;

20.10.2 A transição contratual, quando aplicável, deverá contemplar, no mínimo:

20.10.2.1. repasse de informações relevantes sobre a execução dos serviços, incluindo histórico de atendimentos, cronogramas executados e pendências existentes;

20.10.2.2. disponibilização dos relatórios técnicos, laudos, certificados e registros de controle das aplicações realizadas durante a vigência contratual;

20.10.2.3. indicação das áreas tratadas, pontos críticos identificados e metodologias empregadas;

20.10.2.4. orientação técnica à CONTRATANTE ou à nova empresa contratada, quando solicitado.

20.10.3 Caso haja substituição da CONTRATADA, esta deverá colaborar com a transição operacional, garantindo a continuidade dos serviços sem interrupções, inclusive mediante esclarecimentos técnicos necessários.

20.10.4 A CONTRATADA deverá garantir que todas as informações repassadas sejam completas, fidedignas e atualizadas, sendo vedada a omissão de dados que possam comprometer a continuidade do serviço.

20.10.5 A finalização contratual somente será considerada concluída após:

20.10.5.1. entrega de toda a documentação técnica exigida;

20.10.5.2. inexistência de pendências contratuais;

20.10.5.3. aceite definitivo pela CONTRATANTE.

20.10.6 Os custos relacionados às atividades de transição deverão estar incluídos na proposta da CONTRATADA, não sendo admitida cobrança adicional.

21. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

21.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

21.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

21.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

21.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

21.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

21.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

21.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

21.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

21.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

21.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

21.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

21.16.1 Verificação do cumprimento integral das ordens de serviço emitidas, incluindo:

21.16.1.1. conferência da execução conforme escopo contratado;

21.16.1.2. validação das áreas efetivamente atendidas;

21.16.1.3. verificação da conformidade com os métodos e técnicas previstos.

21.16.2 Conferência da documentação obrigatória, compreendendo:

21.16.2.1. relatórios de execução dos serviços;

- 21.16.2.2. laudos técnicos emitidos pelo responsável técnico;
- 21.16.2.3. certificados de execução, quando aplicável;
- 21.16.2.4. fichas de controle de aplicação de produtos;
- 21.16.2.5. identificação dos produtos utilizados, com registro no Ministério da Saúde/ANVISA.
- 21.16.3 Verificação das condições operacionais durante a execução, incluindo:
 - 21.16.3.1. uso adequado e obrigatório dos EPIs pelos empregados;
 - 21.16.3.2. utilização de equipamentos apropriados;
 - 21.16.3.3. cumprimento das normas de segurança do trabalho (NR-6) e sanitárias (RDC nº 52/ANVISA);
 - 21.16.3.4. identificação dos profissionais e da empresa.
- 21.16.4 Avaliação da qualidade dos serviços prestados, mediante:
 - 21.16.4.1. inspeção visual das áreas tratadas;
 - 21.16.4.2. verificação da eficácia do controle de pragas;
 - 21.16.4.3. identificação de reincidência ou falha na aplicação;
 - 21.16.4.4. registro de não conformidades.
- 21.16.5 Controle de prazos e atendimento, incluindo:
 - 21.16.5.1. cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma;
 - 21.16.5.2. tempo de resposta às solicitações da CONTRATANTE;
 - 21.16.5.3. atendimento a demandas emergenciais.
- 21.16.6 Registro e tratamento de ocorrências, compreendendo:
 - 21.16.6.1. anotação formal de falhas na execução;
 - 21.16.6.2. comunicação à CONTRATADA para correção;
 - 21.16.6.3. definição de prazo para regularização;
 - 21.16.6.4. aplicação de medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento.
- 21.16.7 Validação para fins de pagamento, condicionada a:
 - 21.16.7.1. execução integral dos serviços;
 - 21.16.7.2. conformidade com os requisitos técnicos e contratuais;
 - 21.16.7.3. entrega da documentação obrigatória;
 - 21.16.7.4. inexistência de pendências ou falhas relevantes.

21.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

21.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

21.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

21.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

21.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- 21.21.1 verificação periódica da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, como condição para liberação de pagamentos;
- 21.21.2 conferência da documentação exigida para pagamento, incluindo notas fiscais/faturas, relatórios de execução dos serviços e demais documentos comprobatórios previstos neste Termo de Referência;
- 21.21.3 análise da conformidade entre os serviços executados e os valores faturados, validando a liquidação da despesa e promovendo, quando cabível, glosas proporcionais em caso de execução parcial, inadequada ou não comprovada;
- 21.21.4 controle dos prazos contratuais, incluindo vigência, execução, pagamento e eventuais prorrogações;
- 21.21.5 registro formal de ocorrências relacionadas à execução contratual, tais como falhas, atrasos, descumprimentos e medidas corretivas adotadas;
- 21.21.6 acompanhamento da manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA durante toda a execução contratual;
- 21.21.7 apoio ao gestor do contrato na instrução de processos relativos à aplicação de sanções, celebração de aditivos e demais atos de gestão contratual;
- 21.21.8 verificação de que os pagamentos sejam realizados exclusivamente após a comprovação da efetiva prestação dos serviços, devidamente atestada pela fiscalização técnica.

Gestor do Contrato

21.22. Cabe ao gestor do contrato:

- 21.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 21.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 21.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 21.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 21.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 21.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 21.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 21.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:
 - 21.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - 21.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

22.1. A medição da execução do contrato será realizada por área (m²), volume (m³) ou por serviço efetivamente executado, conforme a natureza da atividade de controle de pragas e vetores, considerando as ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE.

22.1.1 Parágrafo único. O pagamento será efetuado com base nos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

22.2. A aferição da execução considerará, cumulativamente:

22.2.1 o cumprimento das áreas e/ou volumes tratados conforme solicitado;

22.2.2 a efetiva execução das técnicas de controle de pragas previstas;

22.2.3 a conformidade com as normas sanitárias vigentes, especialmente a RDC nº 52/ANVISA;

22.2.4 o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, com utilização obrigatória de EPIs conforme a NR-6;

22.2.5 o atendimento aos prazos estabelecidos, inclusive em demandas emergenciais.

22.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado que a CONTRATADA:

22.3.1 não produziu os resultados esperados no controle das pragas;

22.3.2 deixou de executar ou executou com qualidade inferior os serviços contratados;

22.3.3 deixou de utilizar materiais, produtos, equipamentos ou recursos humanos exigidos;

22.3.4 descumpriu normas de segurança do trabalho (NR-6);

22.3.5 utilizou produtos ou técnicas em desacordo com a legislação sanitária (RDC 52/ANVISA);

22.3.6 descumpriu prazos estabelecidos.

22.4. A fiscalização contratual poderá utilizar, de forma complementar, registros de execução, relatórios técnicos, ordens de serviço, inspeções in loco e demais mecanismos de controle para verificação da adequada prestação dos serviços.

Recebimento

22.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5(cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

22.5.1 Para fins de recebimento provisório, será considerada como conclusão do objeto ou da etapa a finalização da execução dos serviços previstos na nota de empenho emitida pela CONTRATANTE, acompanhada da apresentação do respectivo relatório técnico de execução e da comunicação formal da CONTRATADA à fiscalização, informando a conclusão dos serviços.

22.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

22.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

22.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante ter-

mo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

22.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

22.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento *o conjunto de serviços efetivamente executados em cada nota de empenho emitida pela CONTRATANTE, devidamente concluídos, atestados pela fiscalização e acompanhados do respectivo relatório técnico.*

22.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

22.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

22.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

22.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

22.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

22.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

22.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

22.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

22.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

22.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

22.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

22.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

22.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

22.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

22.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

22.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

22.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

22.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

22.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorroga-

ção, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

22.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

22.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

22.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

22.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 22.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 22.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

22.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

22.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

22.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida [pela](#) rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

22.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

22.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)* de correção monetária.

Forma de pagamento

22.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

22.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 22.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

22.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Reajuste

- 22.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/05/2026.

- 22.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 22.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 22.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 22.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 22.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 22.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 22.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 22.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 22.46.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 22.46.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 22.46.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 22.46.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 22.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

23. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 23.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 23.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 23.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 23.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

23.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

23.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

23.2.4. Multa:

23.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

23.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

23.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

23.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

23.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

23.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

23.2.4.6.1. Não comparecimento para execução do serviço na data agendada;

23.2.4.6.2. Execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência;

23.2.4.6.3. Não atendimento às ordens da fiscalização no prazo estabelecido;

23.2.4.6.4. Reincidência em falhas operacionais que comprometam a qualidade do serviço;

23.2.4.6.5. Utilização de produtos, insumos ou métodos não autorizados ou em desacordo com as normas sanitárias vigentes.

23.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

23.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

23.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

23.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

23.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 23.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 23.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 23.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 23.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

23.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

23.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

24. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

24.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

24.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário..

24.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

24.3.1 Valores unitários: tabela constante no item “1.1” deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

24.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos: Habilitação jurídica

24.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

24.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

24.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa in-

dividual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

24.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

24.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

24.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

24.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

24.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

24.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

24.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

24.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

24.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

24.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

24.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

24.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

24.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

24.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

24.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

24.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

24.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

24.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo, correspondente a até 10% do valor total estimado da contratação.**

24.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

24.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

24.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

24.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

24.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

24.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

24.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

24.32. Licença sanitária ou alvará de funcionamento expedido pela autoridade competente, em plena validade, que autorize expressamente a empresa a exercer a atividade de controle de vetores e pragas urbanas/domissanitários e a atividade de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água e reservatórios de água potável.

24.32.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

- 24.33. Declaração de que a licitante dispõe de responsável técnico habilitado para a execução dos serviços, acompanhada de comprovação de inscrição ou registro regular da empresa licitante e de seu(s) Responsável(is) Técnico(s) perante o Conselho Regional de classe competente, sendo admitidos profissionais registrados no CRBio, CRQ, CRF ou CREA, cujas atribuições profissionais contemplem o escopo integral das atividades descritas neste Termo de Referência.

Qualificação Técnico-Operacional

- 24.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional

competente, quando for o caso.

24.34.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

24.34.1.1. contratos(s) ou atestado(s) que comprovem a execução de serviços em ambientes institucionais, coletivos ou de uso público, ou que evidenciem a execução integrada de atividades de controle de pragas urbanas e, quando aplicável, serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios de água.

24.34.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados, de forma concomitante ou não, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, fixando-se o limite mínimo de 479 m³ (metros cúbico) de volumetria total em serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água.

24.34.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

24.34.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

24.34.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

24.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

24.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

25. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

25.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.232.430,74 (dois milhões duzentos e trinta e dois mil quatrocentos e trinta reais e setenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item “1.1” que integra este Termo de Referência

25.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

25.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

25.2.2 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

26.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro-RJ, 27 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLE PINHEIRO GOMES DO NASCIMENTO**
Data: 28/05/2026 09:09:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DANIELLE PINHEIRO GOMES DO NASCIMENTO – 2º Ten
Membro da Equipe de Planejamento

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Visto que a contratação do referido objeto nos preços estimados pela Equipe de Planejamento da Contratação, por meio de pesquisa de mercado, trará benefícios à Administração possibilitando o alcance das metas e objetivos estabelecidos pelo Chefe do 1º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO, aprovo o presente Termo de Referência dos itens relacionados de acordo com a Lei 14.133/21 e no uso da competência conferida ao OD pelo Art. 7º das IG 12-02.

Conforme previsão do Art. 10 da Instrução Normativa nº 81, de 2022, não há pertinência de classificar o presente Termo de Referência nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).
Rio de Janeiro – RJ, XX de agosto de 2025.

Rio de Janeiro-RJ, 27 de maio de 2026.

**DARWIN LUCIO
GONCALVES
JUNIOR:27477820855**

Assinado de forma digital por
DARWIN LUCIO GONCALVES
JUNIOR:27477820855
Dados: 2026.05.28 13:47:50 -03'00'

DARWIN LÚCIO GONÇALVES JÚNIOR – Ten Cel
Ordenador de Despesa do 1º Depósito de Suprimento